



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 17 de fevereiro de 2013

A CRITICA

Vantagens e desvantagens..... 1
ECONOMIA

A CRITICA

Vantagens e desvantagens (continuação) 2
ECONOMIA

A CRITICA

Zona Franca em pauta 3
BEM VIVER

Vantagens e desvantagens

Era para ser uma ferramenta de estímulo à produtividade, mas a falta de entendimento entre empresas e entidades sindicais tem transformado a PLR em um grande problema

Benefício instituído há pouco mais de 12 anos, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) é uma conquista que aos poucos começa a ser efetivada pelo empresariado, comércio e instituições financeiras de Manaus. No entanto, sua aplicação ainda esbarra nos impasses entre o setor empresarial e as entidades sindicais. Um deles é o que se refere ao percentual do lucro e da receita da empresa que será destinado aos trabalhadores.

A PLR foi criada pela Lei Nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000 como uma forma de estimular a produtividade dos trabalhadores. Não é obrigatório e sua aplicabilidade depende dos esforços e da negociação entre as empresas e as entidades representativas dos trabalhadores.

Em Manaus, um dos setores onde a partilha está avan-

SAIBA +

X da questão

Especialistas avaliam que boa parte do problema resume-se à comunicação. Se a empresa não está disposta (ou não pode mesmo) abrir seus números para o sindicato, é melhor não oferecer PRL. As regras para cálculo devem ser muito claras para todos.



Nos últimos anos, reivindicações de PRL têm sido frequentes, fazendo muitos empresários repensarem o benefício

çada são as instituições financeiras (bancos), segundo o economista Erivaldo Lopes do Vale, mas é no Polo Industrial de Manaus (PIM) que os impasses mais ocorrem, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos na indústria.

Conforme dados do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, das 620 empresas do PIM, 180 contribuem com o PLR. Os valores pagos para cada trabalhador (anualmente) vão de R\$ 300 a

R\$ 3,6 mil, dependendo do porte da empresa. Segundo Eudócio Santos, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, as empresas que destinam valores mais elevados são LG e Samsung.

Segundo o sindicalista, apesar da sua boa vontade, as empresas ainda insistem em estabelecer valores que, na prática, não podem ser avaliados na sua totalidade em função da não obrigatoriedade delas apresentarem os balanços anuais de suas receitas.

"Temos a questão dos resultados de produção e de lucro. As empresas, muitas vezes, alegam que não têm lucro. Muitas falam que estão sempre no vermelho, mas a gente sempre vê um gráfico bem alto quando eles apresentam sua receita. Somente em 2012 elas tiveram um lucro de R\$ 17 bilhões. O que a gente tem que fazer é lutar pra conseguir para que mais empresas incluam a participação para o trabalhador", destaca.

PONTOS

RECEITA

O trabalhador não faz diferença entre faturamento e lucro. É preciso esclarecer.

APORTE

Se a empresa faz um grande investimento, que a deixará no vermelho por um ano ou mais, melhor não fazer PLR.

NEGOCIAÇÃO

Se, no caso acima, o benefício já for oferecido, é recomendável iniciar conversas com o sindicato.

Relação transparente

O economista Erivaldo Lopes do Vale diz que o pagamento ou não do PRL está condicionado a fatores como sindicato não atuante, porte pequeno da empresa e, no caso da empresa ser de grande porte, à vista grossa de seus diretores.

Ele explica que, quando a empresa coloca o PRL como parte da política e da sua relação com seus funcionários, é preciso assegurar a capacidade de cumprir o pagamento, caso contrário cairá no descrédito. Para não ficar com a imagem suja, ela terá que provar que o lucro previsto não foi alcançado.

O pagamento do percentual também não é uniforme. Com base em critérios de avaliação que incluem produtividade, assiduidade e absenteísmo, a empresa vai estabelecer os valores a partir de um ponto. "Será estabelecido para saber quem merece os 100% estabelecidos previamente. As pessoas não recebem de igual modo", diz.

Vantagens e desvantagens (continuação)

Cabo de guerra entre empresas e sindicatos

Representantes dos trabalhadores só vêem vantagens, enquanto empresários encontram dificuldades para explicar prejuízos

Divulgação/Femsa



Empresas ligadas à gigante Coca-Cola viram-se obrigadas a negociar para evitar greve de trabalhadores

Para o dirigente sindical Eudóxio Santos, a concessão do PRL não é boa apenas para o trabalhador, mas para a economia do Estado e do município. "O sindicato dos metalúrgicos fez um levantamento que apontou que R\$ 180 milhões são distribuídos no município anualmente por conta desses recursos do trabalhador", explicou.

Os sindicalistas, contudo, admitem que muitas empresas não têm condições de pagar o PRL. Muitas são pequenas, possuem poucos funcionários e têm dificuldades financeiras, segundo salienta Francinei Guedes, também diretor do Sindicato dos Metalúrgicos.

"Há casos em que algumas empresas até têm condições de pagar, mas acabam fechando. É caso da Cisper, que embora pequena, pagava o PRL. Ela fechou aqui porque foi embora de Manaus depois que as outras empresas do PIM pas-

BUSCA RÁPIDA

Exemplos negativos

Petrobras e Coca-Cola têm sido destaque no noticiário por conta de problemas envolvendo pagamento de PLR. Ameaçando greve, petroleiros avaliam a última proposta da estatal brasileira: R\$ 11 mil divididos em duas parcelas. Já na Coca-Cola, o grupo Femsa, responsável pela marca no País, aceitou negociar os termos da PLR depois que diversos sindicato mobilizaram os 15 mil trabalhadores das fábricas da empresa no País.

saram a comprar ferramentas produzidas na China", lembra.

Guedes diz que a maioria das grandes empresas do PIM paga o PRL, mas ele admite que não sabe como elas fazem o cálculo. "A gente tem uma comissão para discutir o PRL. Os trabalha-

dores fazem a proposta e negociam o ano inteiro. É paga uma primeira parcela e depois outra", diz.

Para os dois sindicalistas, o PRL só tem vantagens. Sequer compromete a garantia de outros benefícios trabalhistas, como a reposição das perdas da inflação (obrigatória por lei) ou mesmo a possibilidade de um aumento real.

A reportagem de A CRÍTICA tentou contato com entidades patronais, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. Nos bastidores, porém, várias empresas que não oferecem PLR não pensam em fazê-lo por conta das complicações que se tem visto em companhias como Coca-Cola e Petrobras. "É muito complicado explicar ao trabalhador que o resultado foi negativo, ainda que o faturamento tenha sido alto", diz um executivo que prefere não ser identificado.

Zona Franca em pauta

Livro analisa modelo em três décadas

→ **RAFAEL SEIXAS**
rafaelseixas@critica.com.br

A Zona Franca de Manaus sob a ótica de quem entende do assunto. De modo claro e objetivo, o economista José Fernando Pereira da Silva discorre sobre o modelo criado na década de 1960 no livro "Zona Franca de Manaus - Capital e trabalho" (Editora Cultural da Amazônia), a ser lançado no dia 21 de fevereiro, às 19h, no Teatro Direcional. Na publicação, uma coletânea de artigos publicados no jornal A CRÍTICA ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, o autor aborda em suma os três estágios da Zona Franca: o fortalecimento do comércio, a criação do Polo Industrial e o desenvolvimento sustentável, baseado no artigo 11 do decreto-lei n° 288.

"Ele é implantado de forma integral. Pereniza a Zona Franca de Manaus através de um processo de desenvolvimento sustentável, baseado no aproveitamento amplo dos recursos naturais da região de forma compartilhada no aproveitamento amplo dos recursos naturais da região. Nós podemos perenizar o modelo por meio da criação de vários po-

serviço

o que é
Lançamento do livro "Zona Franca de Manaus - Capital e trabalho"

onde
Teatro Direcional, localizado no piso Buriti do Manauara Shopping

quando
Dia 21 de fevereiro, às 19h

quanto
Aberto ao público

info
(92) 3342-8030



José Fernando Pereira da Silva foi articulista de A CRÍTICA por quase três décadas

los de desenvolvimento, o polo petroquímico, o polo gás-químico, o polo minero-metalúrgico, o polo cloroquímico, o polo de turismo e o aproveitamento racional do maciço florestal da região", disse José Fernando, referindo-se ao decreto-lei.

Ainda de acordo com ele, para melhorar o sistema, "é só se cumprir o que estabelece o artigo 11 do decreto-lei n° 288. É a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) cumprir isto", afirmou, categoricamente.

OPINIÃO

No entanto, apesar de ter muitos entraves, o economista se diz favorável ao modelo de Zona Fran-

ca. "É complicado o que vou dizer, mas muita gente pensa que o Polo (Industrial) é o modelo de Zona Franca, mas o modelo é o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, que é a integração do comércio, da industrial e do setor primário".

RELEVÂNCIA

Sobre a expectativa para o lançamento de seu primeiro livro, o economista afirma estar feliz com mais uma realização profissional na sua carreira. "Vou deixar para as futuras gerações uma massa crítica de informações sobre o desenvolvimento do Estado do Amazonas, com foco na Zona Franca de Manaus. Isso

destaque

O prefácio de "Zona Franca de Manaus - Capital e trabalho" foi feito por José Roberto Trados, presidente da Federação do Comércio do Amazonas (Fecomércio-AM). Exemplares da obra estarão à disposição dos interessados em conhecer mais sobre a temática no dia do lançamento.



para mim é muito importante".

Em "Zona Franca de Manaus - Capital e trabalho", o ex-articulista de A CRÍTICA também enfoca as questões indígenas, a logística da região, questões ambientais e principais entraves, como no processo produtivo básico das empresas.

saiba mais

Formação

O economista José Fernando é formado pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), detentor de vários cursos de pós-graduação, Stricto e Latussensu.